

# Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Anna Paula Lombardi**  
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas  
5**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.  
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 89**

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

*Julia Mello dos Santos*

*Karen Costa Krüger*

**DOI 10.22533/at.ed.5201917018**

**CAPÍTULO 9 ..... 94**

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

*Solange dos Santos Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.5201917019**

**CAPÍTULO 10 ..... 105**

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

*Diego Tabosa da Silva*

*Noêmia de Fátima Silva Lopes*

*Rafaella Vanny*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170110**

**CAPÍTULO 11 ..... 117**

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

*Elaine Silva Alegre*

*Liliane Capilé Charbel Novais*

*Marilza de Fátima Souza*

*Rozimeire Stiko Shimizu*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170111**

**CAPÍTULO 12 ..... 129**

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

*Ana Paula Garcia Boscatti*

*Joana Maria Pedro*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170112**

**CAPÍTULO 13 ..... 143**

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

*Letícia Pereira Dourado*

*Lilian Fernanda Silva*

*Dameres Gonçalves Martins*

*Daniele Lopes Ferreira*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170113**

**CAPÍTULO 14 ..... 154**

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Mayéwe Elyênia Alves dos Santos*

*Palloma Maria Gomes Jácome*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>173</b>
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>185</b>
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>200</b>
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>214</b>
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>229</b>
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>243</b>
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170121</b>	

**CAPÍTULO 22 ..... 256**

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

*Juliano Batista dos Santos*

*Juliana Abonizio*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170122**

**CAPÍTULO 23 ..... 270**

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

*Nei Alberto Salles Filho*

*Daniele Cristina Bahniuk Mendes*

*Thais Cristina dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170123**

**CAPÍTULO 24 ..... 280**

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

*Franklin Soldati*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170124**

**CAPÍTULO 25 ..... 294**

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

*Ana Luci Paz Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170125**

**CAPÍTULO 26 ..... 309**

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

*Patricia Baptista Guerino*

*Marlene Tamanini*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170126**

**CAPÍTULO 27 ..... 324**

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

*Maria Isabel Lopes Perez*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170127**

**CAPÍTULO 28 ..... 335**

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

*Fábio Rodrigo Ferreira Nobre*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170128**

**CAPÍTULO 29 ..... 354**

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

*Vanito Ianium Vieira Cá*

*Jussara Maria Rosa Mendes*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170129**

<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>368</b>
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>385</b>
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>401</b>
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>409</b>
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170133</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>425</b>

## O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPrensa E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

### **Juliano Batista dos Santos**

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT  
Departamento da Área de Bases Comuns  
Cuiabá – Mato Grosso

### **Juliana Abonizio**

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT  
PPG em Estudos de Cultura Contemporânea-  
ECCO  
Cuiabá- Mato Grosso

**RESUMO:** Analisar os discursos, explícitos e implícitos, nas matérias jornalísticas nos permite identificar os arquétipos sobre como cada indivíduo ou grupos de indivíduos são representados pela imprensa. Este capítulo baseia-se nessa ferramenta e sua construção parte da leitura e análises de reportagens escritas e publicadas *on-line* pelas mídias sociais locais de Cuiabá e região, mais especificamente as matérias em que os atores sociais são os moradores de rua. O objetivo é mostrar como esses sujeitos são vistos e representados nos textos noticiosos, bem como seus efeitos social e psicológico na vida das pessoas em situação de rua quando empregado termos nocivos nas reportagens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Jornalismo. Estigma.

**ABSTRACT:** Analyzing the explicit and implicit

discourses in journalistic material allows us to identify the archetypes about how each individual or groups of individuals are represented by the press. This chapter is based on this tool and its construction is based on the reading and analysis of reports written and published online by local social media in Cuiabá and region, more specifically the subjects in which social actors are the homeless. The objective is to show how these subjects are seen and represented in the news texts, as well as their social and psychological effects on the lives of people in the street when they use harmful terms in the reports.

**KEYWORDS:** Discourse. Journalism. Stigma.

### 1 | INTRODUÇÃO

Um texto escrito não é apenas um texto. Ele é bem mais que isso. Ele é a exteriorização de pensamentos, ideias, fantasias, desejos, devaneios, ideologias. Um texto também pode ser caracterizado pela sua utilidade. Há textos criados para ensinar, outros para argumentar, outros para comunicar. Sua utilidade depende da intenção de quem o produz ou financia a sua produção.

Um texto nem sempre é o que parece ser. Às vezes sua intenção é mais oculta do que explícita. Um bom exemplo disso são os textos

jornalísticos que, em tese, deveriam ter como finalidade a difusão de notícias, porém não é bem o que acontece. Após a classe dominante perceber o seu poder de alcance, penetração e influência em todos os estratos sociais, a imprensa passou a ser utilizada mais para lucrar e fazer prevalecer os interesses hegemônicos do que para informar. (FONSECA, 2005).

Comunicar é o fundamento do jornalismo, é o seu *telos*. O problema é que entre o jornalismo e seu público existe a propriedade privada que, no modo de produção do capital, dita as relações de poder. Em outras palavras: na modernidade, pensada aqui a partir da criação da prensa de Johannes Gutenberg, a imprensa (a grande imprensa) sempre esteve sob o comando e controle da elite político-econômica. (ABRAMO, 2016).

Mais importante e difícil do que conquistar o poder é preservá-lo e perpetuá-lo, algo que exige adaptação às mudanças. (MAQUIAVEL, 1993). Aliás, adaptar-se é o segredo da sobrevivência das espécies na Natureza. (DARWIN, 2004). A diferença é que os homens, ao contrário dos animais, não se satisfazem apenas com as necessidades da vida biológica. Neles há a busca pela satisfação do que nos torna humanos: as paixões. (ARISTÓTELES, 1985).

Em sociedade, as paixões precisam ser controladas se se quer viver em harmonia com os demais indivíduos. Cabe a cada cultura determinar os limites às boas relações em grupo. O que se espera no cumprimento de tais regras não é uma convivência perfeita e sim uma coesão social capaz de garantir a todos os sujeitos a liberdade necessária à realização de seus prazeres e sonhos. (AUBENQUE, 1981).

Condicionar o comportamento dos homens à razão opera como maneira de domesticá-los. Seu objetivo aparente é o bem-estar social. Na realidade, a domesticação dos corpos é, historicamente, o modo como as elites encontraram para impedir as paixões de perturbarem e/ou alterarem a ordem e as relações de poderes vigentes. (FOUCAULT, 1999).

Na atualidade a redução das sensações à razão como ferramenta para domesticar ainda continua. A diferença está na maneira como isso ocorre. Até à modernidade as tecnologias disponíveis (mecânica e termodinâmica) atuavam sobre os corpos para discipliná-los. Com o desenvolvimento e popularização das tecnologias midiática, da primeira para a segunda metade do séc. XX, dá-se o início da pós-modernidade que, nada mais é, do que a mudança no modo de domesticar, de garantir a obediência mínima aos fatos sociais.

Dito de outro modo: na contemporaneidade, a domesticação está menos em disciplinar os corpos e mais em controlar as mentes. Ou seja, a questão não é impedir e neutralizar as diferenças, mas sim monitorá-las e controlá-las à distância, de modo virtual, quer dizer, por meio de discursos ideológicos difundidos através de *hertz*: rádio, televisão e internet, principalmente. (LAZZARATO, 2006).

Se o controle das mentes depende de discursos capazes de naturalizar ideias, manipular pensamentos, manter e/ou modificar paradigmas, a imprensa é certamente o

melhor aparato para isso, o que explica porque a maioria das empresas de comunicação em massa são de propriedade dos grupos hegemônicos. (BELLUZZO, 2017).

Nesse contexto, é ingenuidade pensar que a imprensa se caracteriza por um jornalismo imparcial, neutro e com finalidade de veicular informações apenas. Ela é o instrumento de excelência para a difusão de discursos como dispositivo à manutenção da alienação de muitos e para a garantia e continuidade de poder e privilégios de poucos, como apresentado abaixo.

## 2 | ANÁLISE DE MÍDIAS SOCIAIS: O QUE SE FALA E ESCREVE É O QUE SE PENSA

O presente texto nasceu de condições, situações, documentários, conversas e leituras que insistem em nos convencer a fazer o que não está em nossos planos. No caso em questão: analisar a(s) representações discursivas de pessoas em situação de rua nos textos do jornalismo *on-line* de Cuiabá.

O pontapé inicial, o germe da ideia, ocorreu em uma das reuniões do Grupo de Pesquisa Banalidades Cotidianas (BACO) em que discutíamos sobre a possibilidade de analisar as mídias sociais para acessar o imaginário coletivo; para entender o que as pessoas pensam sobre algo ou alguém; para identificar formas de consciência social, estigmas, estereótipos, preconceitos, entre outras coisas. Tal ideia ressurgiu mais e mais vezes até nos convencer a desenvolvê-la, afinal como nos ensina Parmênides (apud BOCAYUVA, 2010), o que se fala e escreve é o que se pensa.

Para materializá-la, fizemos uma série de levantamentos na internet de reportagens eletrônicas que abordam o tema pessoas em situação de rua. Para evitar limitações baseadas em perfis de uso de computadores, como é o caso da Google que apresenta resultados que julga adequado a cada usuário, optamos por utilizar não somente o *chrome* como também outros *browsers* virtuais: Bing, Baidu e Qwant, além de dois sites especializados em rastrear notícias: News Monitor e Acha Notícias.

A escolha dos textos para análise seguiu dois critérios indissociáveis: os de datas mais recentes (de 2013 à frente) e com narrativas em que o espaço geográfico é Cuiabá e região metropolitana. Nos buscadores, as palavras-chave utilizadas foram “morador(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua”, que segundo Schuch e Gehle (2012, p. 16, grifo do autor) são as denominações mais comuns na atualidade, embora outras categorias, populares e acadêmicas, mesmo hoje, ainda persistam: “*clochard, homeless, sem-abrigo, sem-teto, sem-domicílio fixo*”, mendigo, pedinte.

A princípio, selecionamos algumas dezenas de reportagens, mas não as lemos todas, antes, o fizemos até o momento em que julgamos ter subsídios suficientes para escrever o presente texto. Para ser mais exatos, estabelecemos como suficiente uma amostra de trinta reportagens. Como são muitas, procuramos evitar o uso de citações

diretas e, quando o fizemos, utilizamos não mais que o indispensável para corroborar as proposições defendidas.

Para analisá-las, buscamos em trabalhos acadêmicos de Análise do Discurso maneiras de pinçar elementos ideológicos nos discursos empregados à construção das representações de atores sociais. Representações que *a priori* são “uma ‘preparação para a ação’, não somente porque guia o comportamento, mas, sobretudo porque remodela e reconstitui os elementos do meio no qual o comportamento se manifesta”. (MOSCOVIC 1984 apud GIORGETTI, 2006, p. 59, grifo do autor). Ressaltamos que uma primeira versão de nossa análise foi apresentada com o título Representação Discursiva de pessoas em situação de rua nos textos de jornalismo on-line de Cuiabá-MT como comunicação oral no GT 03 Subjetividades, Corporalidades e Marcadores Sociais da Diferença e publicada em forma de Anais do evento VIII Seminário do ICHS Humanidades em Contexto, realizado em 2017 pela Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá. A discussão de então foi revista e o texto ampliado e reformulado para o formato de capítulo que agora apresentamos.

Uma vez consolidadas e internalizadas no cotidiano da população, as representações se associam à consciência coletiva e passam a operar, segundo Jodelet (2001 apud MATTOS; FERREIRA, 2014, p. 2), como

Uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, [uma] forma de conhecimento [...] diferenciada [...] do conhecimento científico.

Um texto não é apenas para informar, esclarecer, registrar. Ele é também a expressão, a exteriorização, intencional ou não, da ideologia do autor. Ninguém consegue pôr completamente de lado o que se é e o que se pensa (WEBER, 2001). Mesmo por meio de ações cínicas, em algum momento da encenação, sinais incompatíveis com interação em contexto se sobressairão e revelarão a falsidade. (GOFFMAN, 1999).

A subjetividade é intrínseca a nós, não há como escapar dela, mesmo quando se exige uma escrita objetiva, imparcial, neutra, como as publicações científicas. (KUHN, 1996). Em se tratando de textos jornalísticos, a atenção deve ser redobrada. Cada detalhe precisa ser considerado na análise; não porque o jornalismo não possui compromisso com a verdade dos fatos, mas porque sua forma de apresentá-los pode visar não a informação em si e sim a defesa de ideias e valores de determinados grupos, muitos deles proprietários de jornais, revistas e emissoras de TV. Atenção aos detalhes se justifica porque

[...] a produção de histórias em notícias é reconstrução de acontecimentos fragmentários como eventos distintos e separados, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros [...]. A produção de notícias, portanto, é um processo interpretativo e construtivo, e não simplesmente um relato *dos fatos*. (RESENDE, 2015, p. 74, grifo do autor).

Para Fairclough (2003 apud RESENDE, 2016, p. 965, grifo do autor), os noticiários podem ter “uma ‘intenção explanatória’ relacionada à ‘focalização’: dar um sentido a eventos colocando-os em uma relação que incorpora um ponto de vista particular”. O que mostra que no jornalismo “predominam muitas instâncias com interesses próprios, que vão além do cidadão comum” (ALMEIDA, 2011, p. 85-86), principalmente no caso das imprensas privadas onde a “direção da organização jornalística (ou os seus donos) podem influenciar o peso dos valores-notícia com a sua política editorial”. (TRAQUINA, 2008, p. 94).

A imprensa, pela sua capacidade de difusão, alcance e penetração em todos os estratos sociais, pode manipular a opinião pública, habilidade que a coloca ao lado dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como uma espécie de “Quarto Poder” dos Estados democráticos de direito (AMORIM, 2015), com uma diferença fundamental e que não pode passar despercebida: o quarto poder não é institucional e não representa os interesses da nação. Nele o que está em jogo é a manutenção e continuidade do poder econômico e político nas mãos de alguns poucos.

Os discursos construídos pelas mídias sociais jornalísticas, especialmente os que provêm de grandes empresas privadas, estão, normalmente, vinculados, direta ou indiretamente, a interesses financeiros. Não podemos nos esquecer que o produto ofertado pela imprensa é a notícia e que seu objetivo é, antes de mais nada, o lucro, obtido, geralmente, através da produção de informações de amplo interesse público mesclado a publicidades. (MATTOS, 1996). Outra fonte de renda, menos comum, embora extremamente lucrativa, é a produção de reportagens encomendadas, pagas.

No meio e em meio às reportagens constroem-se discursos, ora explícitos ora implícitos. No jornalismo, a “notícia reorganiza séries e eventos relatados fora de sua ordem cronológica, e por isso é uma forma de regulação social”. (RESENDE, 2015, p. 74). Não é à toa, que as informações escolhidas, publicadas e difundidas pela imprensa, quando analisadas sob a ótica do dinheiro/economia e do poder/política, nos revelam a infundável luta hegemônica que é uma

[...] disputa pela criação/sustentação de um status universal para determinadas representações particulares – do mundo material, mental, social –, ou seja, para certos discursos que podem ser interiorizados em modos de (inter)ação social e em modos de identificação. Considerando-se que o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força, o discurso figura como elemento essencial para a sustentação/superação de relações hegemônicas em um dado contexto histórico. (RESENDE, 2015, p. 74).

Se o primeiro passo para a garantia, a manutenção, a alteração, a criação, a desconstrução, a ressignificação etc. de valores é a utilização incessante de discursos, então analisá-los nos permite identificar como certos grupos e atores sociais são representados pelas mídias sociais de comunicação, que não necessariamente são as criadoras ou as interessadas neste ou naquele discurso, mas que são, em alguma medida, a expressão da consciência coletiva da sociedade ou de outros e específico

grupos que, por diferenças baseadas em estigmas, negam, subjagam e combatem o que entendem ser uma ameaça a seus interesses e um ultraje aos bons costumes.

Nas sociedades de solidariedade orgânica, é comum a existência de divisões em grupos. Elas ocorrem por diferentes fatores: economia, poder, consumo, fetiche, gosto, estética, religião, gênero, cor/raça e outros. Os integrantes de cada um dos grupos não necessariamente estabelecem relações interpessoais, o sentimento de pertença é determinado pela identificação com as ações, crenças e símbolos comuns. (MAFFESOLI, 1998). Além do mais e em geral um sujeito não é membro exclusivo de um só grupo, não ao menos na pós-modernidade em que os dispositivos atuam à distância nos públicos com características memoriais comuns. (LAZZARATO, 2006).

Na realidade, o número de grupos é uma incógnita, a única coisa que sabemos é que são muitos. Há grupos que existem antes de nós nascermos (judeus, cristãos, mulçumanos), outros que ajudamos a manter (caipiras, roqueiros, pagodeiros) ou a criar (playboys, patricinhas, grafiteiros), direta ou indiretamente. Há grupos a que pertencemos por vontade própria (carnívoros, vegetarianos, veganos), outros por circunstâncias que escapam ao nosso querer (classe alta, média, baixa).

Os grupos não estão isolados, fechados em si mesmos. Há entre eles interseções, o que significa que suas fronteiras são porosas e que eles estão em permanente reconfiguração, ou como diz Lotman (1996), modelização – um tipo de atualização dos valores do grupo no tempo e espaço. A ligação de cada indivíduo com este, esse ou aquele grupo depende ora do sentimento de pertença que é subjetivo e quando possível de se realizar opera positivamente, ora de razões exteriores, que é objetivo, isto é, não depende da nossa vontade.

Os moradores de rua são um dos muitos grupos sociais que existem. (ROZENDO; MONTIPÓ, 2012). Um que quando pensado a partir dos ideais e do modelo econômico vigente é considerado, entre todos os estratos sociais, o de nível mais baixo, fazendo de seus membros os mais desprezíveis dos cidadãos; sujeitos que na meritocracia neoliberal são vistos como incompetentes e os únicos responsáveis pela condição em que se encontram, discurso que não é nenhuma surpresa para nós, dado que no capitalismo vivenciamos

[...] uma divisão social baseada na obtenção e geração de renda. As classes sociais são divisoras de *status social*. O fator econômico é determinante na garantia de melhor educação, moradia, saúde, segurança e até entretenimento. Aprecia-se o consumo como uma lei que dita o direito pela cidadania. [...] aquele indivíduo que estiver fora deste padrão criado pelo capitalismo, não é considerado um cidadão ou um cidadão por completo. Não possui de forma plena todos os bônus que advém do bem-estar social. (ALMEIDA, 2011, p. 80, grifo do autor).

A cidadania plena implica em três direitos fundamentais: social, civil e político. Os sujeitos que se veem impedidos de exercerem esses direitos, como é caso de boa parte dos moradores de rua, são considerados como não cidadãos ou cidadãos incompletos, exclusão que cria e reforça estigmas, entre os quais há um que eu,

particularmente, entendo ser o mais perverso de todos, que é a “dessemelhança entre seres humanos, marcado pela imagem do cidadão em situação de rua como alguém destituído do pertencimento à espécie humana”. (BUARQUE 2000 apud MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 5).

Nestes termos, o morador de rua é um tipo de ser humano não tão humano assim, isto é, um sub-humano, alguém que não tem lugar, que vive nas fronteiras das definições entre espécies por não ser considerado nem homem e nem animal. Representação que além de cruel, triste e abominável pode, por repetição, provocar efeitos psicológicos e sociais devastadores quando absorvida pelos estigmatizados. Para Di Flora (1987, p. 49, grifo do autor):

[...] a interiorização da desumanização [...] [é] um aspecto que faz com que o cidadão em situação de rua não se sinta mesmo completamente humano [pois]: ‘a pressão da estrutura social e econômica, ao determinar o ingresso do indivíduo nesta categoria, condiciona-o à formação de uma nova identidade: a de mendigo socialmente estigmatizado e entendida como deteriorada, o que leva a não se sentir completamente humano’.

Quando um ser humano olha outro e não o enxerga como semelhante, como indivíduo de uma mesma espécie, ocorre uma separação entre eles, mesmo que somente no imaginário. Aquele que afirma ser diferente do que é biologicamente igual, para se manter distante e distinto do que o incomoda, cria para si, racionalmente ou não, símbolos e discursos que dividem pessoas, formam grupos e polarizam relações. O efeito colateral é a cegueira de quem julga e a invisibilidade de quem é julgado.

Se a cegueira é um problema sério pelo fato de nos condicionar a enxergar apenas o que queremos, a invisibilidade é muito mais grave porque ela é o resultado de estereótipos construídos exclusivamente para fazer o dessemelhante menor, ou o contrário, para fazer o algoz se sentir maior, melhor – uma pessoa digna de fato. Mas não para por aí. A cegueira causa outros problemas como a intolerância frente as diferenças e a insensibilidade quanto as necessidades dos outros.

A sociedade a que nós pertencemos é normalmente enxergada como uma, o que não implica que ela é igualitária, harmônica, justa. A diferença é a sua essência, expressa na pluralidade de hábitos e costumes que por razões que pouco compreendo, alimentam discórdias, geram desamores, causam conflitos, provocando em seu interior a criação de grupos rivais que passam a disputar entre si a hegemonia que tem como principal arma à legitimação ideológica o uso de discursos, ora para beneficiar uns (a minoria), ora subjugar outros (a maioria), ou ambos.

A tensão entre os grupos se revela na atualização das relações de poder das/nas instituições por meio dos dispositivos disciplinar (que age no indivíduo) e biopoder (que age no coletivo). (FOUCAULT, 1999). Mas há um terceiro dispositivo, o *noopolítico*, que ao contrário dos dois primeiros, é bem mais eficaz no agenciamento da diferença e repetição, pois não depende de espaços específicos (escolas, prisões, hospitais)

para atuar, ele age no tempo de modo virtual através do *hertz*, para moldar a memória da mente e não do corpo, por meio das tecnologias midiáticas: telégrafo (em desuso), telefone, rádio, televisão e internet. (LAZZARATO, 2006).

As tecnologias midiáticas, diferentemente das tecnologias mecânica e termodinâmica, trouxeram novas e mais eficientes ferramentas de difusão de ideias por meio da produção de discursos. (DELEUZE, 1992). Os grupos hegemônicos, percebendo a capacidade de penetração do rádio e da TV e, posteriormente, da internet na vida das pessoas, rapidamente, passaram a utilizá-las como plataformas para a divulgação de notícias que, dificilmente são puras, no sentido de que são apenas para informar; nelas, explicitamente ou não, é comum encontramos posições ideológicas.

Nas sociedades em que o dinheiro dita as condutas, uma das muitas tensões existentes entre grupos antagônicos se destaca: a luta de classes, não porque as demais tensões são efêmeras, e sim porque nossa estrutura social está erguida sobre a economia que, para continuar existindo, também produz discursos, como o de que a felicidade provém do consumo incessante de bens e o de que o fracasso na vida pessoal é culpa única e exclusivamente do próprio sujeito.

A justificativa do 'sucesso/fracasso social' em termos de 'competência/incompetência pessoal' legitima a exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população do trabalho no setor moderno, e pode ser determinante da formação de uma ética de apartação, de 'aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão'. (RESENDE, 2015, p. 74, grifo do autor).

Se assim for, grupos marginalizados passam a não ter direito a ter direitos em uma clara distorção da realidade que, propositalmente, ao substituir o que é pelo que não é coloca em lados opostos indivíduos iguais. No capital o critério usado para a divisão é o consumo que carrega consigo o seguinte discurso: os que consomem são bem-sucedidos (lembrando que existem diferentes níveis de consumo e, conseqüentemente, de sucesso), enquanto os demais são fracassados.

O consumo determina a classe a que pertencemos. Existem inúmeras classificações para cada estrato social, geralmente baseada na soma de rendas de todos os componentes da família. Não vamos empregar nenhuma das classificações disponíveis. Nosso propósito é outro, pois entendemos que nenhum modelo é imune a erros, isso sem mencionar os casos em que as adequações das classificações às realidades singulares não são apenas incompatíveis, são impossíveis.

Existe um juízo no apelo ao consumo. Nele quem consome (ou pode consumir) além do necessário é bem-sucedido e feliz; quem consome estritamente o necessário (não por opção e sim por incapacidade de compra) é igualmente bem-sucedido, apesar de ainda não ter alcançado a felicidade; por fim, quem não consome (ou não pode/consegue consumir), nem mesmo o básico para a sua sobrevivência, são fracassados e infelizes.

Nessa lógica, a felicidade vincula-se mais ao poder de consumo e ao consumo,

do que ao uso do que foi adquirido. Passa-se a acreditar que os ricos são felizes, os miseráveis são tristes, e os demais são os que se equilibram entre a ânsia por felicidade e o medo do fracasso, embora saibamos que na organização da estrutura social em que vivemos a possibilidade de cair em desgraça é muito maior uma vez que no capitalismo o consumo do essencial nunca é satisfatório; ter o essencial não é ter o que se quer, é ter o que se precisa.

A dialética entre sucesso e fracasso se reflete nos discursos. Uma de suas faces é para exaltar o consumo, transformando-o no elemento que dá sentido as nossas vidas; a outra face é para depreciar, não a ausência de consumo propriamente dita, mas a incapacidade em consumir. Quem não consome no neoliberalismo é estigmatizado como pobre, preguiçoso, incompetente, incapaz... desqualificadores que têm como respaldo o seguinte raciocínio: quanto menor o potencial de consumo, maiores e mais intensas devem ser as críticas que, na prática, operam menos como medida cautelar e mais como preconceito; neste caso preconceito de classe.

Os mais vulneráveis financeiramente são atingidos em cheio. Os moradores de rua são certamente as principais vítimas. Nos discursos sobre a pobreza extrema, produzidos por populares e repetidos pelas mídias sociais, ou o contrário, ou quem sabe produzidos e repetidos por ambos (simultaneamente), “fortalecem-se representações que responsabilizam as pessoas extremamente pobres [...] por sua situação, o que pode ter como efeito que deixe de ser percebida como uma injustiça à qual se deve responder com ação política”. (RESENDE, 2015, p. 74).

Se os discursos advindos de populares podem prejudicar a todos que não se encaixam nos arquétipos definidos como ideais, os discursos produzidos pelas mídias sociais jornalísticas têm um efeito bem mais devastador na vida dos estigmatizados. A influência da imprensa, dadas suas capacidades de alcance e repetição, é tão grande e intensa que os modos de pensar, enxergar e agir da sociedade são seriamente afetados, o que justifica a importância em acompanhar e conhecer como as mídias eletrônicas representam os grupos marginalizados, em nosso caso, os moradores de rua.

A análise dos textos de várias reportagens *on-line* disponíveis em sites de Cuiabá e região permitiu-nos perceber os modos como os moradores de rua costumam ser representados pela imprensa local. Começamos enunciando uma visão geral de tudo que percebemos: as representações, além negativas e marcadas por preconceitos, são utilizadas tanto nas matérias em que eles são considerados algozes (que é a maioria), quanto nas matérias em que são considerados vítimas.

As representações mais citadas nas reportagens foram: invisíveis, viciados, excluídos, vagabundos, bandidos, desocupados, preguiçosos, perigosos, pedintes, pobres, miseráveis, sujos, malcheirosos. O uso desses qualificadores serve de alerta para todos pois expõe a concepção coletiva predominante que paira sobre e entre nós quando o que está em jogo são problemas sociais ligados à extrema pobreza.

Diga-se de passagem, são representações como essas, comuns em textos

noticiosos, que muitas vezes guiam nossos comportamentos diante de pessoas em situação de rua, como no exemplo abaixo observado por Mattos e Ferreira (2004, p. 2):

[...] nós as olhamos amedrontados, de soslaio, com uma expressão de constrangimento. Alguns as veem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e malcheirosas. Há também aqueles que delas sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade. Enfim, é comum negligenciarmos involuntariamente o contato com elas. Habitados com suas presenças, parece que estamos dessensibilizados em relação à sua condição (sub) humana. Em atitude mais violenta, alguns chegam a xingá-las e até mesmo agredi-las ou queimá-las [...].

A linguagem e a escrita são meios de exteriorizar o pensamento que é fruto do ambiente que o cerca e o afeta e não uma ilha isolada em si como na metafísica dos filósofos. As mídias sociais, como meios massivos de comunicação, não apenas reproduzem consensos existentes; por terem grande poder de influenciar, elas também os constroem, os reforçam, os mantêm, os desfazem, os reconfiguram. Seu poder de manipular ou esclarecer depende dos discursos que se fazem como nos explica Foucault (2016, p. 08, grifo nosso):

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso[s]. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Os discursos são determinados pelo contexto social em que são produzidos, ou seja, possuem relação direta com o espaço geográfico e o tempo histórico em que estão. Quando enunciados, expõem valores, crenças, concepções e normas. Na cidade de Cuiabá, por exemplo, nos últimos cinco anos, os discursos presentes nas mídias sociais jornalísticas empregaram, em suas matérias sobre moradores de rua, os mesmos qualificadores, tanto para criticá-los como para defendê-los – um paradoxo sem dúvida intrigante e que não pode passar despercebido.

Entre todas as reportagens analisadas há uma em que esse paradoxo é mais evidente. Nela, ao que tudo indica, o autor está ao lado da população de rua já que a todo o momento busca sensibilizar os leitores para o sofrimento das pessoas que se encontram nessa situação. Porém, na elaboração do texto, o autor emprega tantos qualificadores nocivos e pejorativos que podemos supor também que sua intenção é alimentar estereótipos e preconceitos como mostram os excertos abaixo extraídos da matéria a que me refiro:

[§1] A cada dia que passa, nota-se que o número de pessoas que moram em ruas tem aumentado em Cuiabá. Elas vivem nas avenidas, calçadas, praças,

becos e viadutos da nossa cidade. São pessoas que moram nas ruas por causas variadas como: **alcoolismo, drogas, desemprego e conflitos familiares**.

[§2] Moradores de rua são [...] indivíduos desprovidos de família, emprego, residência e bens materiais. Pode-se dizer que são considerados como **não cidadãos** [...] são conhecidos como **mendigos, indigentes, desocupados, vagabundos** e uma série de outros estereótipos, dos quais a cidadania assume papel coadjuvante.

[§3] Certamente a **pobreza** e o **vício** em drogas são fatores que mais contribuem para este desequilíbrio social.

[§5] O que me chama a atenção é que a maioria dos cidadãos passa por eles todos os dias, mas não os veem, como se fossem **invisíveis**. Como não tivessem rosto, nem nome, nem história. (ALENCAR, 2014, p. 1, grifo nosso).

Uma mesma palavra pode ser utilizada ora para condenar, ora para apoiar. A polissemia, ou multiplicidade de sentidos de uma palavra conforme o seu contexto, é o que permite variações linguísticas e adaptações de termos iguais com significados distintos. Se considerarmos o léxico da língua, o sentido etimológico da palavra não muda. Daí a importância de se recorrer durante a elaboração de textos, principalmente os de maior alcance de público, a palavras cuja origem, história e explicação não sejam perniciosas, ou cujo sentido mais usual do/no momento presente, não seja majoritariamente ruim. O alerta é necessário porque

[...] textos noticiosos são compreendidos como parte do aparato de governança, porque notícias são orientadas para a regulação e o controle de eventos e da maneira como as pessoas reagem a eventos. Por meio de classificações que legitimam a diferença, a injustiça social pode ser naturalizada e deixar de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas. Isso pode ter o efeito de destituir grupos em situação de precariedade de sua condição essencial de sujeitos de direitos, e de minar suas possibilidades de articulação e resistência. (RESENDE, 2016, p. 965).

### 3 | CONCLUSÃO

Nos textos jornalísticos examinados, os moradores de rua são tratados ora como vítimas do neoliberalismo, ora como culpados pela condição em que se encontram, ora como indesejáveis aos comerciantes e habitantes, ora como ameaças aos cidadãos (assédios, furtos, roubos), ora como causa dos prejuízos ao turismo, ora como vândalos e depredadores, ora como protagonista de crimes (inclusive hediondos), ora como poluição visual da cidade (principalmente dos espaços públicos), ora como loucos e doentes mentais, entre outras coisas.

Apesar das diferenças nas abordagens, as reportagens analisadas em geral convergem para um denominador comum: o uso de qualificadores nocivos para representar os atores sociais moradores de rua. Qualificadores que quando empregados a exaustão pelo jornalismo, podem despertar a intolerância, manter preconceitos e reforçar estigmas excludentes no inconsciente coletivo, diminuindo ou retirando por completo dos que são considerados marginais, qualquer traço de humanidade e de

vestígio de cidadania. (FRANGELLA, 2009).

Os estigmas têm entre nós um poder de penetração assustador. Eles são tão coercitivos que sua naturalização não ocorre somente nos grupos que estigmatizam, os estigmatizados muitas vezes se veem, se reconhecem nos estereótipos que os condenam, que os desqualificam, que dificultam ou os impedem de melhorar, de superar sua condição sub-humana. (GOFFMAN, 1999) (PAIS, 2002).

Na verdade, os estigmas são uma arma de dominação muito utilizada pelos grupos hegemônicos para alienar os mais vulneráveis, tornando-os passivos e coniventes com a situação degradante em que se encontram. Segundo Resende (2015, p. 74): o “conceito aberto de hegemonia [...] reforça o papel do discurso no estabelecimento e na manutenção de relações de dominação, uma vez que a naturalização de representações particulares é fundamental para a permanência de articulações baseadas no poder”.

Outro fato é que os estigmas não se reduzem a um modo de discriminação. Eles são antes de tudo um delimitador de espaços, de fronteiras que separam os diferentes dando a cada um dos lados a identidade de grupo, construída em muitos casos mais por negação do que por sentimento de pertença. (SILVA, 2000).

Acontece que para cumprir seu papel não basta os estigmas serem criados, eles precisam ser disseminados, internalizados e naturalizados. Muitos são os modos de se fazer isso, os principais e mais eficazes são os meios de comunicação, entre eles as mídias sociais, que assim como as demais, também se utilizam de textos noticiosos para semear ideias, garantir interesses e preservar ou alterar valores. (BELLUZZO, 2017).

É por isso que precisamos ficar atentos aos discursos das mídias; de todas elas, não só para identificar o *apartheid* de classes, como de quaisquer formas de *apartheid* que buscam discriminar a diferença e desumanizar os diferentes que, normalmente, são minorias. É preciso também combatermos os discursos que almejam privilégios às custas da marginalização, do sofrimento e dessemelhança de outros. Tarefa que apesar de difícil não é impossível. Não ao menos hoje com o advento e popularização da internet que, ao contrário do rádio e da TV que limitam a comunicação de um-ativo para todos-passivos, trouxe outras e novas possibilidades de relações sociais: de todos-ativos para todos-ativos. (LÉVY, 1999).

Graças à rede mundial de computadores, pode haver um reequilíbrio de forças entre discursos contrários. Mas os mais vulneráveis, os mais fracos, os de menor prestígio social, quer dizer, os grupos mais marginalizados dentre os marginalizados, como aqueles que salientamos neste texto, continuam a margem da margem. Mesmos nos poucos espaços da cidade com WI FI pública e gratuita, a ausência de capitais físico e cultural e a incompetência técnica somam a todas as exclusões que já passam em suas vidas, também a exclusão digital.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2ª ed. São Paulo: Fundação

Perseu Abramo, 2016.

ALENCAR, Dilemário. Moradores de rua: o número de pessoas que moram em ruas tem aumentado. **Mídia News**. Cuiabá, 28 março de 2014. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=262&cid=193304>>. Acesso em: 18 maio 2017.

ALMEIDA, Delano. Morador de rua: da questão social para a questão midiática. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, Belém, v. 1, n1. p. 77- 102, jan./jun. 2011.

AMORIM, Paulo H. **O Quarto Poder: uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985

AUBENQUE, Pierre. As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo e ceticismo. In: CHÂTELET, François (Dir.). **História da filosofia: ideias, doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 8 v.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A imprensa brasileira e o controle social. **Carta Capital**. São Paulo, 10 maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/951/a-imprensa-brasileira-e-o-controle-social>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BOCAYUVA, Izabela. Parmênides e Heráclito: diferença e sintonia. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 51, n. 122, p. 399-412, 2010.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. **Relatório do serviço de abordagem social**. Cuiabá: SMASDH, [2017].

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Tradução Eduardo Fonseca. Rio de Janeiro, Ediouro, 2014.

DELEUZE, Guilles. **Conversações 1972-1990**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção TRANS).

FONSECA, Francisco César Pinto da. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 4ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: PUC-SP, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAZZARATO, Maurício. Os conceitos de vida e do vivo nas sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 59-94. (A Política no Império.).

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da costa. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção TRANS).

LOTMAN, Yuri. **La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Espanha, Madrid: Frónesis, 1996.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vienna Boeira e Nelson Boeira. 4ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MATTOS, Sérgio. **O controle dos meios de comunicação**. Salvador, BA: EDUFBA, 1996.

MATTOS, Ricardo M.; FERREIRA, Ricardo F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Revista Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago., 2004.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana**: teorias, método e estudos de caso. Lisboa-Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

RESENDE, Viviane M. A violação de direitos da população em situação de rua e a violência simbólica: representação discursiva no jornalismo *on-line*. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso - ALED**, v. 15, n. 1, p. 71-92, 2015.

\_\_\_\_\_. Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua? **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 955-988, 2016.

ROZENDO, Suzana; MONTIPÓ, Criselli. Fora de foco: uma análise da cobertura midiática sobre as pessoas em situação de rua. **Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, Aline E.; OBST, Júlia; SILVA, Marta B. (Org.). **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. 2ª ed. Florianópolis: Insular: Posjor-UFSC, 2008. V. 2.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução Augustin Wernet. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-052-0

